*XIII CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA*

# O COMPROMISSO DA GEOGRAFIA PARA TERRITÓRIOS EM MUDANÇA

*Coi*mbra, 18 a 20 de novembro de 2021

## LIVRO DE ATAS

**Editores**

Pedro Chamusca
Adélia Nunes
António Bento-Gonçalves



1 2 9 0 FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE D COIMBRA

CEGOT Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Associação Portuguesa de Geógrafos

*XIII CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA*

# O COMPROMISSO DA GEOGRAFIA PARA TERRITÓRIOS EM MUDANÇA

**Coimbra, 18 a 20 de novembro de 2021**

## LIVRO DE ATAS

Maio de 2022

**Título**
O compromisso da Geografia para territórios em mudança – Livro de Atas do XIII Congresso da Geografia Portuguesa
**Editores**
Pedro Chamusca; Adélia Nunes; António Bento-Gonçalves
**Instituições organizadoras**
Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Associação Portuguesa de Geógrafos
**Edição**
Associação Portuguesa de Geógrafos/ Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, maio de 2022.
**ISBN**
978-972-95222-7-7
**Foto de capa**
Norberto Santos
**Eixos temáticos**
Coesão territorial, desafios societais e agendas de transformação
Ordenamento do território e sustentabilidade
SIG, modelação espacial e inteligência territorial
Geomorfologia, recursos naturais e paisagem
Riscos, sociedade e ambiente
Clima, alterações ambientais e desenvolvimento
População, migrações e desenvolvimento
Território, saúde e desafios em tempos de pandemia e pós-pandemia
Cidades, habitação e inclusão social
Turismo, cultura e território
Novas mobilidades para territórios em mudança
Pensamento geográfico e ensino da Geografia

**Comissão científica**
Adélia Nunes (APG, Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Albano Figueiredo (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Alberto Gomes (Dep. de Geografia – FLUP)
Alina Esteves (IGOT – Universidade de Lisboa)
Ana Monteiro (Dep. de Geografia – FLUP)
António Bento Gonçalves (APG; Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
António Vieira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Carlos Ferreira (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Eduarda Marques da Costa (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Eduardo Brito-Henriques (IGOT – Universidade de Lisboa)
Eusébio Reis (IGOT – Universidade de Lisboa)
Fátima de Castro (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Fátima Matos (Dep. de Geografia – FLUP)
Helena Madureira (APG, Dep. de Geografia – FLUP)
João Figueira de Sousa (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
João Luís Fernandes (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Jorge Malheiros (IGOT – Universidade de Lisboa)
José Alberto Rio Fernandes (APG, Dep. de Geografia – FLUP)
José Gomes dos Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
José Luís Zêzere (IGOT – Universidade de Lisboa)
Luca Dimuccio (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Luciano Lourenço (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Lúcio Cunha (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Maria José Caldeira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Maria José Roxo (APG, Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Mário Vale (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Margarida Pereira (IGOT – Universidade de Lisboa)
Norberto Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Nuno Marques da Costa (IGOT – Universidade de Lisboa)
Paula Remoaldo (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Paula Santana (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Carvalho (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Nossa (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Pedro Chamusca (APG, CECS – Universidade do Minho)
Rui Gama (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Rui Pedro Julião (APG, Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Sérgio Cláudino (IGOT – Universidade de Lisboa)
Teresa Pinto Correia (APG, Dep. de Paisagem, Ambiente e Ordenamento – Universidade de Évora)

## Revisores

Adélia Nunes (APG, Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Albano Figueiredo (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Alberto Gomes (Dep. de Geografia – FLUP)
Alina Esteves (IGOT – Universidade de Lisboa)
Anabela Bota (APG)
Ana Monteiro (Dep. de Geografia – FLUP)
António Bento Gonçalves (APG; Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
António Campar de Almeida (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
António Lopes (IGOT – Universidade de Lisboa)
António Vieira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Aquiles Marreiros (APG, CCDR-ALG)
Bruno Martins (APG, Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Carlos Ferreira (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Eduarda Marques da Costa (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Eduardo Brito-Henriques (IGOT – Universidade de Lisboa)
Eusébio Reis (IGOT – Universidade de Lisboa)
Fátima de Castro (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Fátima Matos (Dep. de Geografia – FLUP)
Gonçalo Poeta Fernandes (Instituto Politécnico da Guarda)
Helena Madureira (APG, Dep. de Geografia – FLUP)
João Figueira de Sousa (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
João Luís Fernandes (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Jorge Malheiros (IGOT – Universidade de Lisboa)
José António Tenedório (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
José Gomes dos Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Luca Dimuccio (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Luciano Lourenço (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Lúcio Cunha (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Maria José Caldeira (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Mário Vale (APG, IGOT – Universidade de Lisboa)
Margarida Pereira (IGOT – Universidade de Lisboa)
Norberto Santos (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Nuno Marques da Costa (IGOT – Universidade de Lisboa)
Paula Remoaldo (Dep. de Geografia – Universidade do Minho)
Paula Santana (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Carvalho (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Paulo Nossa (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Pedro Chamusca (APG, CECS – Universidade do Minho)
Ricardo Garcia (IGOT – Universidade de Lisboa)
Rossana Estanqueiro (Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Rui Ferreira de Figueiredo (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Rui Gama (Dep. de Geografia e Turismo – FLUC)
Rui Pedro Julião (APG, Dep. de Geografia e Planeamento Regional – UNL)
Sandra Oliveira (IGOT – Universidade de Lisboa)
Sérgio Cláudino (IGOT – Universidade de Lisboa)

# PROMOÇÃO DE DINÂMICAS INTERMUNICIPAIS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: O ESTUDO DE CASO DO PROJETO ASSIM, NO MÉDIO TEJO

**Ramalhete, Filipa [1]*; Santos, Teresa [2]; Pereira, Margarida [3]; Mendes, Ana Sofia [4]**

1 CEACT/UAL e CICS.NOVA / NOVA FCSH framalhete@autonoma.pt
2 CICS.NOVA / NOVA FCSH teresasantos@fcsh.unl.pt
3 CICS.NOVA / NOVA FCSH ma.pereira@fcsh.unl.pt
4 NOVA FCSH anassmendes99@gmail.com
*Autor correspondente: framalhete@autonoma.pt; Tel.: +351 215800024

**Resumo:** O projeto ASSIM, desenvolvido em conjunto pelo Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT/UAL), Universidade Autónoma de Lisboa, e o Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade NOVA de Lisboa, analisa, desde 2015, o potencial de gestão intermunicipal na região de Lisboa e Vale do Tejo. Nesta comunicação, são apresentados os trabalhos em curso com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que resultaram no projeto Caminhadas do Médio Tejo 2021. Privilegiou-se uma metodologia colaborativa, na qual a equipa de projeto se assume como mediadora num processo participado que procura promover uma governança territorial assente em dinâmicas participadas.

**Palavras-chave**: Gestão intermunicipal, Médio Tejo, Lazer, Governança territorial, Territórios de baixa densidade

**Abstract:** The project ASSIM, jointly developed by the Center for Architecture, City and Territory Studies (CEACT/UAL), Universidade Autónoma de Lisboa, and the Interdisciplinary Center in Social Sciences (CICS.NOVA) of the Universidade NOVA de Lisboa, analyzes since 2015, the potential of inter-municipal management in the Lisbon and Tejo Valley region. This communication presents the work in progress with the Intermunicipal Community of Médio Tejo, which resulted in the project Caminhadas do Médio Tejo 2021. A collaborative methodology was privileged, in which the project team assumes itself as a mediator in a participatory process that seeks to promote territorial governance based on participatory dynamics.

**Keywords:** Inter-municipal management, Médio Tejo, Leisure, Territorial governance, Low-density territories

## 1. Introdução

A Constituição da República Portuguesa (de 1976 e posteriores revisões) definiu a organização do Estado e instituiu o Poder Local Autárquico (constituído no Continente pelas freguesias, municípios e regiões administrativas, e admitidas formas especificas de organização territorial autárquica para as grandes áreas metropolitanas). A tradição municipalista justificou a valorização do município e o adiamento da criação da região. A evidência crescente da necessidade de uma escala intermédia entre os níveis central e municipal (que as estruturas desconcentradas do Estado não substituem) levou à criação das Comunidades Intermunicipais (CIM), associações de municípios de fins múltiplos (referenciadas às NUTS III), com a finalidade de: promover a estratégia do desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios abrangidos; articular os investimentos municipais de interesse

intermunicipal; participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, e planear as atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal (Lei n.º 45/2008, artigo 5º), com competências reforçadas em 2013.

A estas entidades estão associadas competências sobretudo de intermediação e de gestão que congreguem as várias necessidades e interesses municipais. Não obstante, é crescente, quer ao nível da lei quer da perceção dos eleitos e cidadãos, o reconhecimento da importância da promoção de lógicas de atuação intermunicipais que, por um lado, otimizem recursos e, por outro, contribuam para a coesão e identidade dos territórios, de forma a criar dinâmicas de promoção e desenvolvimento territorial com as quais as populações locais se identifiquem e das quais beneficiem (Pereira, 2013 e 2014). Este aspeto assume particular relevância nos territórios de baixa densidade, onde a dispersão populacional, dos aglomerados e dos equipamentos dificulta a comunicação e a cooperação entre municípios e onde as referências identitárias assentam mais em dinâmicas locais do que regionais.

Neste contexto, o projeto ASSIM (Ramalhete et al., 2017), desenvolvido em conjunto pelo Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT/UAL), da Universidade Autónoma de Lisboa, e o Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade NOVA de Lisboa, analisa, desde 2015, o potencial de gestão intermunicipal nas áreas do desporto e lazer na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Esta comunicação apresenta os trabalhos em curso com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), onde, ao longo de um ano e meio se construiu uma base de dados georreferenciada dos equipamentos desportivos e das rotas e percursos pedestres sinalizados de todos os municípios, tendo por base uma metodologia comum.

## 2. Métodos

Tendo em conta os objetivos basilares do projeto ASSIM, assumiu-se, desde logo, como o principal desafio e tarefa primordial a conciliação de interesses entre as partes envolvidas - municípios e CIMT. A criação de uma dinâmica regional assente numa gestão intermunicipal equilibrada só é possível através da adoção de mecanismos colaborativos, que fomentem a cooperação entre atores e possibilitem ganhos semelhantes para todos. Neste sentido, a adoção de metodologias de mediação constitui-se de imediato como elemento basilar para "facilitar a comunicação entre partes de modo a alcançar um acordo duradouro" (Fiutak, 2009).

Ao longo de todo o processo, a equipa de investigação, assumiu-se como a parte mediadora no desenvolvimento e implementação da iniciativa-piloto "Rotas e Percursos – Caminhadas do Médio Tejo 2021". A adoção desta metodologia partiu do pressuposto das diferenças de interesses entre os treze municípios e da persistência de uma certa resistência a dinâmicas conjuntas que pudessem resultar num desequilíbrio de benefícios entre as partes envolvidas. Assim, como entidade mediadora, a equipa de investigação teve de assegurar, desde logo, que o projeto a implementar, acarretaria vantagens facilmente visíveis e semelhantes para todos os municípios. Habituados a decisões maioritariamente *top-down*, a mediação teve de conduzir um processo agregador, coordenado horizontalmente, uma vez que é constatável que as "soluções partilhadas são facilmente mais sustentáveis", em termos de gestão e equilíbrio de interesses (Caser e Vasconcelos, 2010). O processo de mediação não se resume, no entanto, à fase de desenho e desenvolvimento do projeto; estende-se durante o desenrolar do mesmo, uma vez que é feito um acompanhamento sistemático junto das câmaras da promoção e realização de cada caminhada.

Ao longo de 2019-2020 decorreram diversas reuniões colaborativas com representantes dos 13 municípios que constituem a CIMT. O primeiro passo foi discutir se o desporto poderia ser um tema comum a todo o território. Criaram-se grupos com elementos provenientes de municípios com contiguidade territorial para 1) conhecer dinâmicas intermunicipais existentes em equipamentos ou territórios; 2) identificar as práticas regulares existentes que permitiriam organizar um evento comum e, 3) refletir sobre que projetos diferenciados se poderiam propor. Da discussão surgiu um conjunto de propostas que foram coligidas e aprofundadas pela equipa do ASSIM. As propostas foram depois enviadas aos parceiros e melhoradas com as sugestões recebidas. Os critérios que presidiram à escolha

dos casos de estudo foram os seguintes:

1. Projetos intermunicipais já realizados, dos quais é possível recolher ensinamentos para iniciativas futuras;
2. Projetos municipais com potencial de expansão para uma escala intermunicipal, preferencialmente (mas não obrigatoriamente) para todo o Médio Tejo.
3. Projetos relacionados com a atividades desportiva.

O diagrama (Figura 1) seguinte sistematiza os vários passos que foram dados.

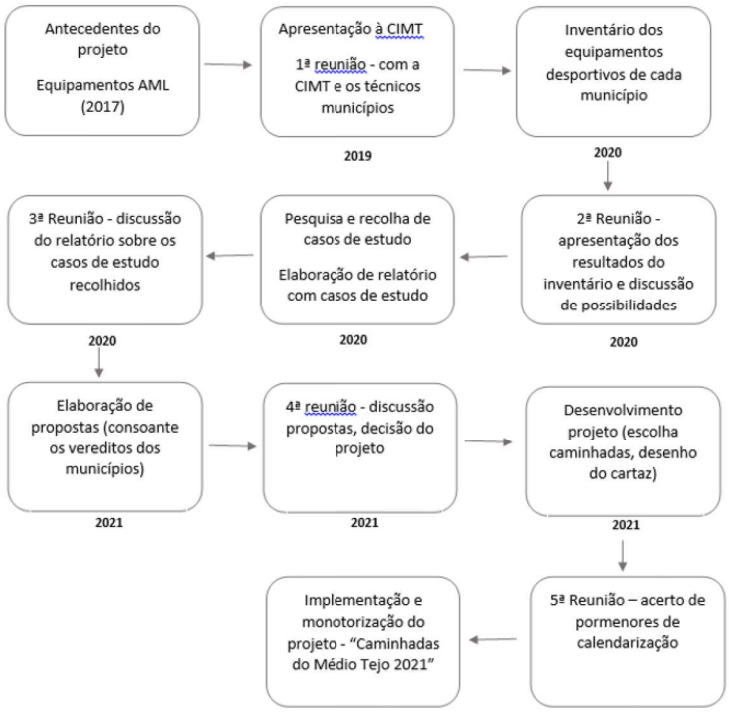


**Figura 1.** Faseamento e calendarização do projeto ASSIM no Médio Tejo

A primeira apresentação do projeto à CIM Médio Tejo ocorreu 2019, tendo sido em seguida promovida a primeira reunião com eleitos e técnicos da área do Desporto e Lazer dos municípios que a integram. A equipa de investigação assumiu-se como um garante da coordenação de interesses, tendo sido realçado, desde logo, o interesse da participação e colaboração de todos os intervenientes. Da discussão em grupo, resultou a elaboração de um diagnóstico colaborativo sobre o potencial de gestão intermunicipal dos equipamentos desportivos municipais.

O passo seguinte prendeu-se com a inventariação e caracterização dos equipamentos desportivos de cada município – a qual deu origem à Base de Dados dos Equipamentos Desportivos Municipais do Médio Tejo, com o contributo de todos os municípios, através do preenchimento de um formulário, que permitiu a construção de uma base de dados georreferenciada com todos os equipamentos. Após o tratamento dos dados e a aferição dos resultados, os mesmos foram apresentados numa segunda reunião com os municípios, tendo sido discutidas algumas possibilidades – num processo de *brainstorm*, com os técnicos divididos em dois grupos. A multiplicidade de partes envolvidas gerou ideias várias sobre as possibilidades de casos de estudo, pelo que, de seguida, foi essencial efetuar um levantamento (e caracterização) de projetos existentes que obedecessem a certos critérios: projetos intermunicipais promovidos pela CIM Médio Tejo; projetos municipais, mas com eventual potencial de serem extrapolados à escala intermunicipal; ideias de projetos intermunicipais que, embora ainda não existentes, fossem diferenciados e diferenciadores. Durante esta fase, a equipa de investigação contactou com os técnicos dos treze municípios, não só, de modo a construir uma base robusta que permitisse formular as propostas pretendidas a jusante, como também como forma de garantir que todas as partes

eram ouvidas e incluídas no processo de decisão.

Os resultados deste levantamento foram apresentados e discutidos numa terceira reunião. Tendo em conta o veredito dos técnicos dos municípios, chegou-se a um consenso final sobre duas propostas possíveis de ser implementadas num projeto piloto a desenvolver até ao verão de 2021: uma iniciativa relacionada com jogos tradicionais (Jogos do Médio Tejo) e uma outra relacionada com trilhos pedestres. Divididos em grupos, devidamente orientados/mediados pelos elementos da equipa de investigação, os técnicos discutiram entre si a pertinência de ambas as propostas, o seu interesse, as vantagens e as potencialidades das mesmas.

Tendo em conta as opiniões dos técnicos municipais e a maior disponibilidade da CIM Médio Tejo para projetos de cariz turístico, esta discussão levou à seleção da proposta da criação de um projeto piloto com base em trilhos pedestres: partir-se da seleção de percursos municipais e posterior enquadramento num calendário comum, com promoção conjunta. Todos os técnicos presentes fizeram as suas apreciações e sugestões para o sucesso da iniciativa, realçando a necessidade da cooperação, para que o foco se mantivesse no caráter intermunicipal da mesma.

A equipa de investigação, de modo a agilizar o processo com os municípios, procedeu à seleção de um percurso por município - de acordo com os critérios estabelecidos (extensão preferencialmente inferior a 10km, tipologia circular, nível de dificuldade baixo ou médio) – e à construção de uma sugestão de calendarização das caminhadas. Estas foram enviadas previamente aos municípios e discutidas numa quinta reunião, na qual se fizeram os ajustes necessários, de acordo com as preferências dos municípios.

Esta etapa culminou, assim, na criação da iniciativa "Rotas e Percursos – Caminhadas do Médio Tejo 2021", que teve início no mês de julho de 2021 e se prolonga até finais de novembro. A equipa tem estado presente em quase todas as caminhas e monitorizado a iniciativa, através do contacto permanente com os técnicos dos municípios, bem como da recolha de informações dos inquéritos realizados aos participantes.

## 3. Resultados e discussão

Através da abordagem colaborativa, foram selecionados e analisados sete projetos com potencial intermunicipal (Figura 2). Para cada projeto foi elaborada uma ficha de caracterização.

De entre os sete projetos propostos, selecionaram-se dois pelo seu caráter diferenciador: os Jogos Tradicionais e os Trilhos/Rotas Pedestres. A seleção baseou-se no facto de serem eventos apelativos, que constituem um potencial produto turístico, realizáveis durante todo o ano, com poucos recursos humanos ou económicos, e sem exigência de material ou equipamentos específicos. Previa-se a implementação destes dois projetos-piloto para o verão de 2021, mas dada a situação sanitária provocada pelo COVID-19, optou-se pelo projeto dos trilhos interpretativos. A equipa do projeto ASSIM ficou responsável por 1) colaboração no desenho dos percursos, 2) acompanhamento, monitorização e avaliação da atividade intermunicipal e, 3) sugestão de ações futuras com base nos ganhos identificados. Por seu lado, a CIMT ficou responsável por alocar os recursos humanos e técnicos necessários à realização e divulgação do projeto-piloto. Os municípios, por sua vez, ficaram responsáveis pela seleção das rotas e percursos, disponibilização dos técnicos e meios para realizar os eventos, e divulgação dos mesmos. Desta colaboração resultaram 13 percursos, que foram classificados de acordo com o ponto de interesse - património natural e/ou cultural-, nível de dificuldade, extensão e duração do percurso. Os percursos foram calendarizados e integrados no evento "Rotas e Percursos - Caminhadas do Médio Tejo 2021 (Figura 3).

| Projeto | Área de influência | Potencial de crescimento intermunicipal | Pontos fortes | Constrangimentos |
|---|---|---|---|---|
| **Torneio Interconcelhio Escolinhas de Futebol** | Intermunicipal | Elevado, a nível regional | Todas as câmaras têm clubes de futebol infantil.<br>Eventos familiares.<br>Realizáveis durante todo o ano. | Requerem organização de espaços e transportes.<br>Presentemente, é um evento local. |
| **Encontros de Natação** | Intermunicipal | Médio | Todas as câmaras têm piscinas com condições para estes eventos.<br>Eventos familiares.<br>Realizáveis durante todo o ano. | Dependente da disponibilidade da piscina.<br>Requer organização de espaços e transportes.<br>Presentemente, é um evento local. |
| ***Welcome* Castelo de Bode** | Intermunicipal | Médio | Grande potencial turístico | Apenas nos municípios em torno da barragem.<br>Sazonal. |
| **Aldeias do Xisto Achigã *Challenge*** | Intermunicipal | Reduzido | Diferenciador, pela sua especificidade. | Apenas nos municípios com praia fluvial.<br>Sazonal. |
| **Trilhos/Rotas Pedestres** | Sub-regional | Elevado, a nível regional | Apelativos para a população.<br>Potencial como produto turístico.<br>Realizáveis durante todo o ano.<br>Exige poucos recursos humanos.<br>Não requerem material ou equipamentos específicos. | Exige concertação e esforço de organização.<br>Só terá impacto se tiver continuidade. |
| **Passeios pedestres (nas freguesias)** | Inframunicipal | Elevado, a nível regional | Apelativos para a população.<br>Potencial como produto turístico.<br>Realizáveis durante todo o ano.<br>Exige poucos recursos humanos.<br>Não requerem material ou equipamentos específicos. | Exige concertação e esforço de organização.<br>Só terá impacto se tiver continuidade. |
| **Jogos Tradicionais** | Inframunicipal | Elevado, a nível regional | Apelativos para a população.<br>Potencial como produto turístico.<br>Realizáveis durante todo o ano.<br>Requerem pouco material e não necessitam de equipamentos específicos. | Exige concertação e esforço de organização.<br>Só terá impacto se tiver continuidade. |

**Figura 2.** Quadro comparativo das potencialidades dos projetos para expansão intermunicipal

**Figura 3.** Cartaz de divulgação das Rotas e Percursos - Caminhadas do Médio Tejo 2021

De entre o total, foram realizadas, até ao momento (29 de setembro 2021), cinco caminhadas (duas adiadas por força da situação epidemiológica à altura – julho). Todas elas contaram com o apoio e acompanhamento de técnicos do desporto e/ou turismo e/ou história dos municípios em questão, que sempre se demonstraram disponíveis para com a equipa de investigação e empenhados na promoção global da iniciativa – e não como uma caminhada realizada pelo município. À exceção de um dos casos, a adesão dos participantes tem sido bastante satisfatória (necessário também ter em conta as limitações relativas à situação pandémica), bem como a organização das atividades por parte dos técnicos e dos municípios. Nas cinco caminhadas estiveram presentes 131 participantes, tendo as caminhadas, consoante as suas características um limite de participantes entre 30 e 50.

As caminhadas já realizadas permitiram, também, desde já, atestar a diversidade do património natural e cultural do Médio Tejo e o seu potencial de divulgação e interpretação à escala suprarregional. Os inquéritos realizados *a posteriori* aos participantes têm demonstrado a satisfação e curiosidade com a iniciativa.

## 4. Próximas etapas

O projeto terminará em novembro de 2021. Após esse momento, será feito um balanço da iniciativa, em conjunto com todos os parceiros envolvidos e serão delineados os passos seguintes. Um dos aspetos a discutir será a possibilidade de identificar trilhos que passem por mais do que um município fazendo uso de conhecimento e recursos já existentes, mas seguindo uma abordagem intermunicipal, que não foi possível promover nesta edição, devido aos constrangimentos levantados pela pandemia. Outros temas de reflexão resultarão da análise da caracterização dos participantes e da análise dos inquéritos

realizados em cada caminhada, como, por exemplo, a abrangência geográfica da iniciativa e o seu potencial de expansão. Será também possível sistematizar e avaliar o processo de mediação em curso.

## Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da CEU – Cooperativa de Ensino Universitário e da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0004 e no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013, do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa.

## Bibliografia

Caser, U.; Vasconcelos, L. (2010). "Mediation – How to Promote Better Decisions in Spatial Planning", in Rio Fernandes, Cunha, Chamusca, (org,), Actas do 1st International Meeting – Geography & Politics, Policies and Planning. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ CEGOT, p.157-163

Fiutak, T. (2009). Le Médiateur dans l'arène - Réflexions sur l'art de la mediation. Paris, p.15

Pereira, Margarida (2014) Governança territorial multinível: fratura(s) entre teoria e prática(s). DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSN 2237-9029) v. 4, n. 2, p. 4-20.
http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/679

Pereira, Margarida. (2013). Da governança à governança territorial colaborativa, uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. DRd – Desenvolvimento Regional em debate. ISSN 2237-9029. Ano 3, n. 2, p. 52-65. http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/193

Ramalhete, Filipa; Santos, Teresa; Brito, Susana; Lopes, J. Caria; Pedregosa, V.; Pereira, Margarida (2017). ASSIM – Activating Service-Sharing at Inter-municipal scale: estudo exploratório. In Atas do XI Congresso da Geografia Portuguesa, As dimensões e a responsabilidade social da Geografia. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Associação Portuguesa de Geógrafos, 81-84. ISBN 978-989-54030-2-8